



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**6ª Vara Federal de Curitiba**

**PROCEDIMENTO COMUM Nº :**

**RÉU: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR**

**DESPACHO/DECISÃO**

1. A parte autora requer a concessão da LIMINAR, inaudita altera pars, determinando o retorno do autor ao certame, permitindo-lhe participar da etapa de aptidão médica, bem como uma vez aprovado possa participar das seguintes, permitindo-lhe ingressar no curso de formação e tomar posse.

Alternativamente, pede seja novo exame no teste de corrida de 2400m e barra fixa, para comprovar sua aptidão.

Alega, em síntese, que: a) prestou concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Policial Militar do Estado do Paraná; b) logrou aptidão na prova objetiva e dissertativa, contudo, para sua surpresa foi considerada inapta na prova de avaliação física, na prova de Barra Fixa e Corrida de 2400 metros; c) apresentou recurso administrativo, bem fundamentado, alegando que realizou 10 execuções de barra fixa o que seria suficiente para sua aprovação; d) seu recurso não foi respondido corretamente; e) ou seja, não há motivação para sua reprovação, o requerente não sabe por qual motivos as execuções não foram computadas; f) não lhe foi facultado o acesso às gravações das execuções dos testes, o que poderia comprovar a tese autoral.

A UFPR manifestou-se no evento 10. Aduziu que: a) de acordo com as informações e documentos em anexo, a nota atribuída ao candidato foi correta e demanda dilação probatória para comprovação das alegações; b) não havia a obrigatoriedade das filmagens das provas de cada candidato e existe apenas a gravação em vídeo de forma geral.

Decido.

2. Para o Supremo Tribunal Federal, em decisão datada dia 23 de abril de 2015, (Recurso extraordinário com repercussão geral) "*Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas. Precedentes. 3. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame*" (RECURSO EXTRAORDINÁRIO 632.853 CEARÁ).

Assim, não cabe a este Juízo avaliar se o candidato alcançou um desempenho suficiente para ser aprovado no teste de aptidão física.

No entanto, creio que o juiz pode reexaminar o teste para averiguar se houve ofensa a princípios constitucionais ou se a prova se deu em condições irregulares e inadequadas, prejudicando o candidato.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**6ª Vara Federal de Curitiba**

Neste caso, creio que seria necessário disponibilizar as gravações em vídeo, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

Ocorre que a UFPR já disse, em outras demandas semelhantes, que não possui as filmagens individuais dos testes e que só detém um vídeo mais genérico do ECAFI. Nessas circunstâncias, o ato administrativo, sem estar acompanhado das filmagens de cada candidato, mais do que ferir o princípio do contraditório e da ampla defesa, é um ato insuficientemente motivado.

Por conseguinte, trata-se de um ato administrativo nulo, tanto por carência de motivação idônea, uma vez que sem as filmagens do teste de aptidão física o candidato fica impedido de questionar a aferição dos resultados, como por ofensa ao princípio da publicidade.

Nessas condições, a UFPR deve realizar um novo teste de aptidão física, e que deverá ser gravado em vídeo e anexado a este processo.

Além disso, considerando que há cronograma das próximas atividades devidamente estabelecido, não havendo tempo hábil para aguardar a realização do novo teste, com base no poder geral de cautela (art. 297, CPC-2015) e a fim de se evitar a ocorrência de dano grave irreparável ou de difícil reparação, entendo necessário ser concedida, por ora, medida cautelar para que a parte autora continue participando do processo seletivo em todas as suas fases.

Todavia, alerto a parte autora, que a aplicação da teoria do fato consumado em concursos públicos vem sendo reiteradamente afastada pela jurisprudência, de sorte que a presente decisão, eminentemente precária, não lhe garantirá que ocupe o cargo público caso, ao final do processo, não se venha a reconhecer o direito vindicado - ainda que, até lá, a parte ré já lhe tenha dado posse.

**3. Ante o exposto, defiro em parte o pedido de tutela provisória para:**

a) determinar à parte ré que admita a participação da parte autora nas etapas subsequentes do certame (regido pelo Edital nº 01-SOLDADO PMPR-2020), reabrindo a ela eventual prazo para apresentação de documentos, submissão a exames de saúde e etapas seguintes, caso já ultrapassadas estas para os demais candidatos em conformidade com o cronograma do concurso.

b) determinar que a ré junte realize novo teste de aptidão física, no prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser gravado em vídeo e anexado a este processo, sob pena de multa no valor de R\$ 500,00.

Intimem-se. A UFPR com urgência, pelo meio mais expedito, autorizada a expedição de mandado caso necessário.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**6ª Vara Federal de Curitiba**

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): AUGUSTO CÉSAR PANSINI GONÇALVES

Data e Hora: 17/2/2022, às 14:41:0

---